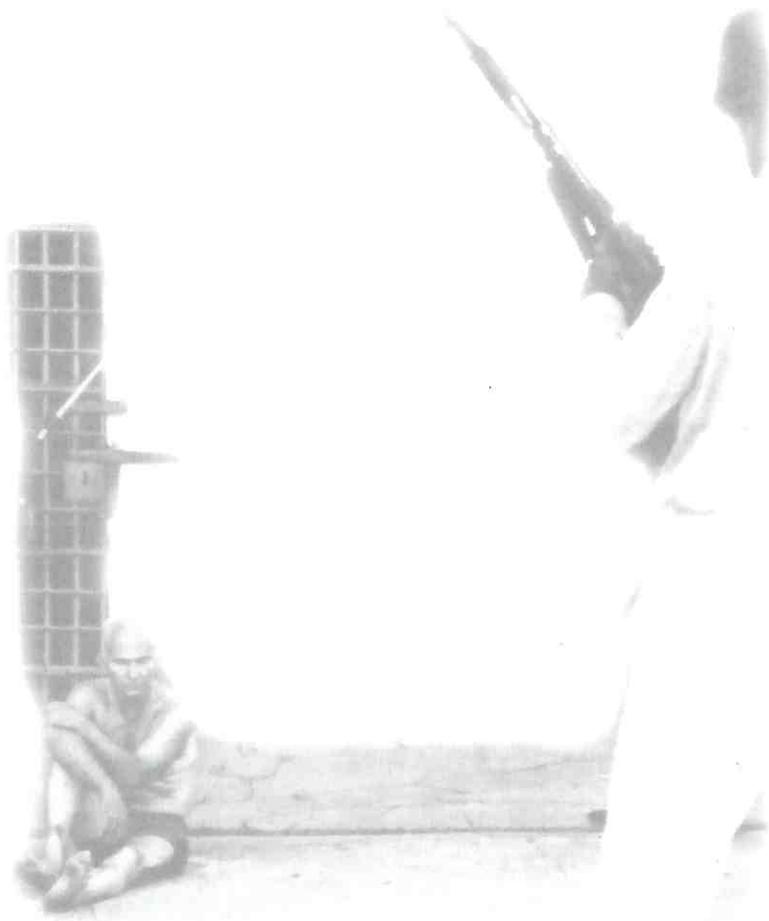


*Memória da prisão política  
sob o regime de Vargas*





## MEMÓRIAS DA PRISÃO POLÍTICA SOB O REGIME DE VARGAS

### RESUMO

Este artigo tem como objeto os registros sobre a experiência da prisão durante o primeiro governo Vargas, publicados em memórias de militantes comunistas. Constatando a diversidade dos registros memorialísticos, o artigo investe na análise dos aspectos comuns às narrativas de militantes que não eram propriamente escritores profissionais, confrontando-os com a literatura sobre o mesmo tema produzida por Graciliano Ramos e Jorge Amado.

### PALAVRAS-CHAVE

PCB. Prisão política. Era Vargas. Literatura. Memórias.

the first two years of life. The first year of life is the most critical period for the development of the brain.

The second year of life is the most critical period for the development of the brain.

The third year of life is the most critical period for the development of the brain.

The fourth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The fifth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The sixth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The seventh year of life is the most critical period for the development of the brain.

The eighth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The ninth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The tenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The eleventh year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twelfth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The thirteenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The fourteenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The fifteenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The sixteenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The seventeenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The eighteenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The nineteenth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twentieth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twenty-first year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twenty-second year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twenty-third year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twenty-fourth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twenty-fifth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twenty-sixth year of life is the most critical period for the development of the brain.

The twenty-seventh year of life is the most critical period for the development of the brain.

Julia Monnerat Barbosa  
Marcelo Badaró Mattos  
Marisa Mello<sup>1</sup>

---

## MEMÓRIAS DA PRISÃO POLÍTICA SOB O REGIME DE VARGAS

Em 3 de março de 1936, Graciliano Ramos foi preso em sua casa, em Maceió. Passou os meses seguintes sendo transferido, de prisão em prisão, das Alagoas para Pernambuco e de lá para o Rio de Janeiro. Dez anos depois começou a escrever suas *Memórias do Cárcere*, que deixaria praticamente concluídas quando de sua morte em 1953, ano em que sua viúva as publicou. No primeiro capítulo do livro explica que seu maior esforço foi o de apresentar os personagens reais com os quais conviveu naquelas prisões: "Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos."<sup>2</sup>

É justamente tal esforço que parece marcar os melhores momentos desse clássico da literatura brasileira. Como no capítulo em que Graciliano descreve o último contato com um capitão que visitava diariamente sua cela no quartel de Recife em que ficou detido nas primeiras semanas após sua prisão. Após transmitir a Graciliano e seu companheiro de detenção que eles seriam transferidos, o Capitão Lobo ofereceu ao escritor uma quantia em dinheiro, para que esse se prevenisse dos infortúnios seguintes e pudesse ajudar à família. Graciliano foi surpreendido pela oferta, que não aceitou, mas tirou do episódio uma revisão de suas concepções sobre a humanidade:

---

<sup>1</sup> Respectivamente: doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor do departamento de História da UFF e doutora em História pela UFF. Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio às respectivas pesquisas. <juliambarbosa@hotmail.com>; <mbadaro@uol.com.br> e <marisasmello@hotmail.com>.

<sup>2</sup> RAMOS, G. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. p. 24.

Realmente a desgraça nos ensina muito: sem ela, eu continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza. Eu passaria a vida a considerar todos os bichos egoístas — e ali me surgia uma sensibilidade curiosa, diferente das outras, pelo menos uma nova aplicação do egoísmo, vista na fábula, mas nunca percebida na realidade. Para descobri-la não era muito aguentar algumas semanas de cadeia.<sup>3</sup>

Graciliano era um literato, que no balanço de seus tempos de cadeia, apesar de toda a injustiça, violência e arbitrariedade envolvida em sua prisão e magnificamente denunciada na obra, conseguia encontrar positividade no encontro com uma humanidade que ele imaginava impossível. Humanidade que se manifestava na ação de homens e mulheres que ele conheceu na prisão — prisioneiros políticos, prisioneiros comuns e até alguns de seus carcereiros.

Já Apolônio de Carvalho era um jovem oficial militar em inícios de 1936, quando também foi preso, em decorrência de sua militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Sessenta anos depois escreveu suas memórias, narrando uma vida plena de lutas pela causa da transformação social. Da experiência de prisão nos cárceres de Vargas, Apolônio também guardou uma avaliação positiva, associada a sua socialização política, que o levaria a tornar-se um militante comunista.

Em suas memórias Apolônio relata como encontrou, na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, um ambiente totalmente organizado pelos revolucionários de 1935, que incluía o controle sobre um pátio interno do presídio, batizado de Praça Vermelha:

Nela se alfabetizavam alguns soldados. Nela nos aplicávamos em exercícios físicos. Nela nos instruíamos na arte militar, que grande era o número de oficiais detidos [...]. Nela tínhamos cursos de política, debates sobre a realidade brasileira, palestras sobre os levantes militares, conferências sobre a conjuntura internacional.

---

<sup>3</sup> Ibid., p. 86.

Nela, em comemorações a datas históricas, organizavam-se manifestações, desfiles militares, discursos em palanques improvisados, as récitas do poeta Colbert Malheiros [...].<sup>4</sup>

Daí que para aquele tenente, a prisão possa ter tido um elemento positivo de descoberta de figuras e referências que seriam fundamentais para sua vida posterior. Foi lá, inclusive, que Apolônio se aproximou definitivamente e veio a ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCB). Em suas palavras: “na prisão abre-se para mim um mundo de revelações”.<sup>5</sup>

Este artigo pretende explorar algumas das memórias produzidas por presos políticos do primeiro governo de Getúlio Vargas, especialmente aqueles que em algum momento (antes, durante ou depois do encarceramento) identificaram-se com o então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB). Seu objetivo principal é perceber as formas através das quais essas memórias associam a experiência prisional à militância política comunista, quer pelas referências diretas que fazem aos anos passados nos cárceres de Vargas, quer pelas razões que levaram seus autores, em diferentes momentos das décadas seguintes, a redigirem tais memórias. O artigo está basicamente dividido em três partes. Na primeira, o objeto é o encarceramento político entre 1930 e 1945, discutido a partir de outras fontes primárias que não apenas as memórias e do recurso a outros estudos sobre o período. Em um segundo momento, as memórias são o objeto central da reflexão. A terceira sessão dedica-se às matrizes mais propriamente literárias de caracterização da experiência prisional dos militantes comunistas naqueles anos.

### NOS CÁRCERES DE VARGAS

Nas memórias de outros que, como Graciliano Ramos e Apolônio de Carvalho, passaram pelas cadeias da ditadura

---

<sup>4</sup> CARVALHO, A. de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 63.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 67.

varguista, podemos encontrar diversas outras referências relativamente positivas a uma experiência de formação ético-política entre os camaradas, no interior das prisões. Retomaremos essas memórias adiante. A existência dessas referências, no entanto, não leva os memorialistas a construírem qualquer juízo de valor positivo sobre a experiência prisional em si, naquele período, nem deveria permitir a historiadores relativizar o grau de brutalidade da repressão estatal.<sup>6</sup>

A história das prisões políticas no Brasil republicano antecede a chamada “Revolução de 1930”. Nos anos 1920, a ênfase na repressão a militantes das organizações da classe trabalhadora levou a criação da 4ª Delegacia Auxiliar no Rio de Janeiro (especificamente encarregadas da repressão aos crimes e vigilância de suspeitos de atentarem contra a “ordem política e social”) e a prática do exílio de presos por militância política para a região Norte, especialmente para o campo de detenção de Clevelândia, no Amapá.<sup>7</sup>

Não há levantamentos ou estudos sistemáticos sobre as prisões políticas nos primeiros anos da década de 1930, mas uma série de denúncias e os relatos de algumas memórias nos ajudam a perceber que muitos militantes das organizações operárias foram presos por suas atividades políticas entre outubro de 1930 (data do golpe que levou Getúlio Vargas à presidência) e novembro de 1935 (quando após o levante da ANL a repressão se generaliza). Um exemplo é o panfleto assinado pela Regional do Socorro Vermelho (entidade organizada internacionalmente

---

<sup>6</sup> Discordamos, assim, de relativizações como as que afirmam que “os prisioneiros [...] não estavam entregues a um poder monolítico, unificado, cujo único objetivo era desumanizá-los, causando-lhes dor e sofrimento [...]. O mesmo Estado autoritário, grupos portadores de valores modernos conviviam com outros que tinham como única política a truculência. A competição e a conflituosidade, portanto, ocorriam até mesmo na dimensão mais repressiva do poder estatal”. FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 121.

<sup>7</sup> ALEXANDRE, S. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002; MATTOS, M. B. (Coord.). *Greves e repressão policial no sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ: FAPERJ, 2003.

pelos comunistas para garantir apoio aos militantes presos e suas famílias), em novembro de 1931, quando se denuncia que, apesar de ter editado um decreto anistiando os presos políticos, o governo provisório continuava a manter muitos deles nas cadeias:

Os verdadeiros revolucionários, proletários e pequenos burgueses oprimidos, soldados e marinheiros, não foram contemplados pelo decreto da anistia. Para estes verdadeiros revolucionários continua toda sorte de torturas nas prisões do liberal Baptista Luzardo, em Fernando de Noronha, na Colônia de Dois Rios.<sup>8</sup>

As menções a prisões arbitrárias, espancamentos e torturas de toda sorte e às péssimas condições dos presídios de Ilha Grande e Fernando de Noronha (o primeiro no litoral do Rio de Janeiro e o segundo numa ilha defronte ao estado de Pernambuco) serão uma constante nos anos seguintes. Em outubro de 1933, outra denúncia da mesma entidade, em termos bastante similares, focava-se nas condições dos presos na Colônia de Dois Rios, Ilha Grande:

A boia que foi sempre repugnante porque é pessimamente feita e com gêneros deteriorados, agora é insuficiente, e nós vivemos constantemente com fome [...]. O trabalho forçado torna-se mais rigoroso, a ponto de até os doentes, antes dispensados por prescrição médica, serem obrigados a trabalhar [...]. Mas onde o terror fascista mostra mais cruamente a sua ferocidade é no aumento da brutalidade dos castigos corporais contra os presos [...] Para escapar a tais sofrimentos, alguns presos têm tentado fugir, mas são caçados a bala como animal feroz, recebendo ainda tão brutal surra de pau que só de padiola pode tornar ao presídio.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Fundo DESPS, Pan 1.201, RJ, 18 novembro de 1931, Comitê Regional do Socorro Vermelho Internacional (Sec. Bras.), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>9</sup> Fundo DESPS, Pan 1.188, RJ, outubro de 1933, Comitê Regional do Socorro Vermelho Internacional (Sec. Bras.), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Algumas memórias de militantes registram suas passagens por aqueles cárceres políticos na primeira metade dos anos 1930. É o caso de Agildo Barata. Jovem oficial do Exército participou da chamada “Revolução de 1930” na Paraíba, para onde havia sido transferido no mesmo ano. Pouco tempo depois, decepcionou-se com o governo de Vargas e participou da “revolução constitucionalista” de 1932, o que o levou a primeira prisão. Nos meses seguintes, passou por diversas prisões como o navio Pedro I, a prisão da Ilha das Flores e a Casa de Correção. Na Ilha Rasa, passou longa temporada em completo isolamento do mundo exterior. Após nove meses, foi enviado como exilado para Portugal, com outros 200 militantes.

Nada disso, no entanto, se compara à dimensão da repressão desencadeada a partir do fim de 1935. Após o Levante da ANL as estimativas são de que o governo Vargas teria levado cerca de 35 mil pessoas para as cadeias por motivos políticos. Muitos deles, como o próprio Graciliano Ramos, nunca tiveram um processo formal. Entre os que sofreram, pela via da Lei de Segurança Nacional (1935), até o fim do primeiro governo, o Tribunal de Segurança Nacional julgou 6.998 processos, referentes a mais de 10 mil pessoas, e condenou 4.099 delas.<sup>10</sup> Somente na Colônia Correcional de Dois Rios, o grande número de presos após o levante da ANL fez com que a população carcerária saltasse de 298 detentos em 1935 para 1.388 em 1936.<sup>11</sup>

Sobre essa violência de Estado no período do primeiro governo Vargas, há relativo acúmulo historiográfico, focado especialmente na aprovação de uma legislação de exceção voltada para os chamados crimes políticos — a Lei de Segurança Nacional, de 1935 — bem como para a sofisticação de um aparato policial repressivo — a polícia política. Esta, como vimos, não foi “inventada” por Vargas, mas com ele passou por várias redefinições, que ampliaram em muito sua área de atuação.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil/1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; HUGGINS, M. K. *Polícia e política: relações EUA/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>11</sup> SANTOS, M. S. dos. *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Garamond, 2009. p. 215.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, além dos já citados: CAMPOS, R. P. de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro:

Os próprios militantes, muitos dos quais estariam depois registrando a experiência da prisão em memórias, na época concentraram seus esforços, de dentro e de fora das cadeias de Vargas, em denunciar as prisões arbitrárias, a superlotação carcerária e a tortura sistemática a que eram submetidos os presos políticos.

É o que se vê, por exemplo, na carta enviada a Getúlio Vargas, datada de 27 de junho de 1936 e assinada por diversos prisioneiros, entre eles alguns dos que anos depois escreveriam suas memórias sobre o cárcere, como Agildo Barata e Apolônio de Carvalho. Na carta, encontramos denúncias de encarceramentos sem processos, torturas, superpopulação carcerária, trabalhos forçados, condições de alimentação, de saúde e de higiene deploráveis, entre outras arbitrariedades. Segundo o documento, havia naquele momento cerca de 10.000 presos políticos em todo o país, dos quais mais de 3.000 estariam detidos no Distrito Federal (segundo relatório da própria polícia por eles mencionado). Afirmava-se ainda que aquela não era a primeira denúncia por eles assinada, já que haviam se manifestado ao Ministro da Justiça no início daquele mesmo ano, sem que qualquer solução fosse dada para as arbitrariedades a que estavam submetidos, que teriam inclusive se intensificado. Sobre a Colônia Correccional de Dois Rios, por exemplo, afirmaram:

O regime da Colônia de Dois Rios, ironicamente chamada Correccional, é de tal forma bárbaro e desumano que afasta todas as possibilidades de descrição. Centenas de pessoas de todas as condições sociais, arrancadas violentamente de seus lares e afazeres, encontram-se, sem a menor culpa formada e algumas sem mesmo terem sido sequer ouvidas pelas autoridades, submetidas a um regime de trabalhos forçados que nenhuma lei autoriza [...]. As condições higiênicas são as mais precárias possíveis. A falta de banho, de camas, de assistência médica e medicamentos faz com que inúmeros presos apresentem os corpos cobertos de chagas. E, para ampliar esse quadro

---

Achiamé, 1982; CARNEIRO, M. L. T. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração: 1930-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PINHEIRO, P. S. *A estratégia da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Sobre o histórico dos órgãos de polícia política, ver: MATTOS, 2003.

verdadeiramente dantesco, os presos políticos são espancados a cacete, couce de fuzil, borracha, camarão, pelos mais fúteis pretextos e mesmo sem pretexto algum.<sup>13</sup>

Segundo o mesmo documento, as condições dos presos na Casa de Detenção, na capital do país, não eram melhores:

A Casa de Detenção é outro exemplo da 'benignidade' do governo para com os presos políticos que aqui se encontram, sem exceções, sob grades. Todos os que se achavam detidos a bordo do 'Pedro I', foram para cá transportados em 'tintureiros'. Chegados à Casa de Detenção, foram cerca de duzentos lançados nas chamadas 'galerias'. Aí permaneceram semanas e semanas, sem o menor conforto, sem banho, sem sol, dormindo sobre o ladrilho e recebendo, uma vez por dia, uma marmita de caldo de feijão e farinha, como única alimentação. Em xadrezes com lotação para 20 pessoas, foram atiradas até 68. A situação era tal que, à noite, os presos dormiam por turmas, por não haver área suficiente para todos se deitarem [...]. Era inexistente a assistência médica e dentária. Nesse ambiente, todos os males tinham livre curso e inúmeros são os que se viram atacados de afecções pulmonares (tuberculose, gripe epidêmica, bronquite), reumatismo, parasitas da pele.<sup>14</sup>

O caso de Luís Carlos Prestes, preso havia diversos meses, em completo isolamento, sem acesso a jornais ou livros, sem direito a visitas e sem poder comunicar-se com a esposa grávida, recebia igualmente destaque no enorme rol de denúncias elencadas pela carta dos presos políticos. O objetivo da carta, porém, não era o de solicitar soluções ao chefe de governo, mas o de responsabilizá-lo diretamente pelas arbitrariedades:

Não nos move a expectativa de providências que, de vossa parte, venham por termo a esse miserável estado de causas, mas o objetivo de caracterizar a vossa responsabilidade

---

<sup>13</sup> Fundo DPS, Notação 30.052, p. 650-651, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 652.

pela aprovação do procedimento extralegal de certas autoridades.<sup>15</sup>

Do lado de fora dos cárceres, muitas denúncias reforçavam os protestos contra a violência da repressão política, em um momento em que o regime, ao menos formalmente, ainda deveria ser regulado por regras constitucionais, ultrajadas pelas arbitrariedades das autoridades policiais e penitenciárias. Um exemplo aparece no panfleto distribuído sob a assinatura do Grupo de Defesa dos Marítimos e Portuários do Brasil, datado de dezembro de 1936. Nele, a sempre mencionada Colônia de Dois Rios é assim caracterizada:

Essa famigerada Colônia é histórica e por todos nós conhecida através da imprensa. A ilha onde está situada a Colônia é miseravelmente insalubre, seus barracões são infectos e estão superlotados. Nossos companheiros, presos políticos, vivem sujeitos ao trabalho forçado, aos espancamentos, à cela, sem alimentação, dormindo na areia molhada propositadamente todas as tardes, além das humilhações e vexames morais por que passam, pela imbecilidade e ferocidade dos dirigentes da Colônia e seus sequazes.<sup>16</sup>

Sendo dirigido “ao povo” e não às autoridades, o panfleto dos marítimos e portuários termina por fazer não uma reclamação, mas um chamamento à mobilização para que a pressão popular pudesse resultar em decisões do parlamento no sentido de por fim aos suplícios dos presos políticos e libertar os que foram vítimas de prisões sem processos:

Hoje mais do que nunca, devemos nos unir para fazer valer a nossa tradição de trabalhadores conscientes, dando nossa solidariedade aos nossos companheiros presos e suas famílias, exigindo do parlamento e do governo o regresso imediato dos presos políticos da Colônia e a liberdade dos não-processados.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 649.

<sup>16</sup> Fundo DESPS, Pan 120, RJ, dezembro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>17</sup> *Ibid.*

Há registros, nos arquivos policiais, de diversos outros panfletos, cartas e denúncias — produzidos de dentro ou de fora das cadeias — dando conta das arbitrariedades e da violência cotidiana a que estavam submetidos os que caíram na extensa teia repressiva armada pelo governo de Vargas naquela conjuntura.<sup>18</sup> Os exemplos aqui comentados parecem ser suficientes, entretanto, para que afastemos qualquer ilusão quanto às condições dos cárceres (políticos, mas não só, claro) varguistas.

### MEMÓRIAS

Retornemos então às memórias dos militantes. Vale situar sua produção no tempo. A maioria delas foi escrita já durante a ditadura militar, a partir da segunda metade dos anos 1970, indicando, entre outras coisas, que aqueles militantes estavam interessados em resgatar uma memória de lutas e de repressão do período de longos anos de ditadura (a anterior e a naquela altura ainda em curso), num contexto em que a transição para a democracia começava a se desenhar. Tratava-se de uma estratégia de luta pela valorização do regime democrático, mas também em busca de reconhecimento de sua trajetória — e da trajetória de suas organizações (com destaque para o PCB) —, como representações importantes da vanguarda das lutas dos trabalhadores no país. Talvez o exemplo mais marcante, seja o das memórias de Gregório Bezerra, recentemente reeditadas, cuja primeira edição foi lançada em 1979 e 1980.

Como exemplos dessas memórias podemos citar as de: Leôncio Basbaum (1976); Elias Chaves Neto (1977); Octavio Brandão (1978); Gregório Bezerra (1979); Heitor Ferreira Lima

---

<sup>18</sup> Ver, por exemplo: Fundo DESPS, Pan 0075, RJ, 13 dezembro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); Fundo DESPS, Pan 262, RJ, outubro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); Fundo DESPS, Pan 756, RJ, dezembro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

(1982); João Falcão (1988) e Apolônio de Carvalho (1997).<sup>19</sup> Cada um desses livros mereceria um estudo mais atento, para o que não temos espaço aqui.

Assim, podemos argumentar que o investimento dos militantes comunistas em escrever e publicar suas memórias sobre as lutas das quais participaram e as formas de repressão que sofreram, representou muito mais que simples registro de recordações pessoais, mas fazia parte de um combate político que ainda seguia seu curso. Seguindo Fernando Rosas, podemos entender que o esforço para fixar determinadas memórias sobre o passado político do século XX “é um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades”.<sup>20</sup> Ainda segundo o historiador português, “os diferentes tipos de investimentos em torno da memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos.”<sup>21</sup>

Há, entretanto, memórias escritas antes do golpe de 1964, como o livro antes citado de Agildo Barata, publicado em 1962, momento em que o militante já havia rompido com o PCB e buscava resgatar sua trajetória de lutas e longos períodos de encarceramento (10 anos contínuos a partir de 1935, fora as prisões anteriores), talvez com a intenção de contrapor-se à desqualificação a que o PCB submetia os dissidentes, ou mesmo buscando credenciar-se como figura de esquerda independente do partido.

Há também relatos escritos no calor dos anos de repressão mais intensa pelo Estado varguista. É o caso do texto de Patrícia

---

<sup>19</sup> Cf. BEZERRA, G. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011; CARVALHO, 1997; LIMA, H. F. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1982; FALCÃO, J. *O Partido Comunista que conheci (20 anos de clandestinidade)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988; BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; CHAVE NETO, E. *Minha luta e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977; BRANDÃO, O. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. v. 1.

<sup>20</sup> ROSAS, F. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. In: Encarnación Lemus; ROSAS, F.; VARELA, R. (Coords.). *O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978)*. Sevilha: Lisboa: FPACEA: Pluma, 210. p. 15.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 16.

Galvão, a Pagu, a intelectual modernista que, no início dos anos 1930, era companheira de Oswald de Andrade, com ele organizando o movimento antropofágico, ao mesmo tempo em que militava no PCB, do qual iria se afastar alguns anos depois, aproximando-se no exterior da corrente trotskista. O relato de Pagu foi redigido, em 1940, como correspondência pessoal e publicado muito tempo depois pelos herdeiros da autora.<sup>22</sup> Nele é possível perceber, por exemplo, que na ausência da preocupação em reivindicar publicamente um reconhecimento político para o militante ou sua organização, há um peso maior para a denúncia da violência e arbitrariedade do cárcere, assim como um retrato mais negativo do partido, como era de se esperar de alguém que se perfilava entre seus dissidentes de esquerda.

De qualquer forma, é possível encontrar alguns elementos comuns ao conjunto das memórias escritas sobre ou incluindo a experiência da prisão política no primeiro governo Vargas. Um deles é a convicção de que havia uma correlação direta e necessária entre uma perspectiva de vida revolucionária e o enfrentamento da repressão, incluindo a prisão. Nesse sentido, é possível encontrar em muitos relatos um grande orgulho da militância, que se estende a um certo orgulho de ter sido alvo da repressão do Estado, entendida como um reconhecimento da devoção incondicional à causa política revolucionária. Ser preso era algo que se devia esperar e estar preparado para enfrentar como mais uma consequência, ou mesmo mais uma tarefa, da militância.

Nas memórias de Pagu, por exemplo, há registros de suas várias passagens pelos cárceres getulistas. Ao relatar a primeira prisão, Pagu descreve vários dos sofrimentos pelos quais passou, mas destaca que, segundo a concepção de militância que na época a movia, tudo isso era secundário:

Era a primeira vez que me encontrava realmente em prisão, num ambiente que não conhecia. A minha roupa estava em farrapos e o meu corpo, duro de frio, doía, doía tanto... Não vou relatar aqui os sofrimentos por que se

<sup>22</sup> GALVÃO, P. [Pagu]. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

passa numa prisão de mulheres. Faria uma má descrição e os sofrimentos físicos só foram sentidos na hora. A gente se esquece deles. Eu principalmente. A prisão não tinha importância para mim, a não ser no que se referia à paralisação do trabalho começado. Sempre pensei que na cadeia também se podia lutar. Atormentava-me a falta de comunicação, a ausência de notícias dos companheiros. Não sentia nenhuma humilhação. E no fundo, talvez sentisse alegria com o sofrimento que era proporcionado por minha luta.<sup>23</sup>

Outro elemento comum às diversas memórias é a associação entre tudo aquilo que poderia haver de positivo naquela experiência — da limitação, pela resistência, da violência da repressão e da experiência carcerária, aos momentos de formação política e de aprendizado com a solidariedade humana — ao elevado nível de organização dos militantes de esquerda, com os comunistas à frente.

Agildo Barata, por exemplo, é bastante claro ao denunciar as arbitrariedades da repressão, a começar pelo encarceramento dos militantes políticos em prisões comuns, o que seria seguido pela violência das torturas e privações de direitos a que seriam submetidos: “Já no dia seguinte à derrota armada Getúlio e sua canalha começaram a espezinhar os vencidos e a inaugurar, no Brasil, o mais odioso regime de crimes, torturas, espancamentos e violências com os presos políticos e seus familiares.”<sup>24</sup>

Barata também é explícito e didático ao descrever a organização dos prisioneiros de esquerda em torno de um organismo dirigente, algo que não era específico de uma determinada prisão, mas configurava-se em uma característica geral de todos os presídios em que foram encarcerados os presos políticos de esquerda:

Um dos aspectos mais característicos da vida presidiária dos presos políticos de esquerda é a existência do

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 90-91.

<sup>24</sup> BARATA, A. *Vida de um revolucionário* (memórias). 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 303.

'Coletivo'. Tão depressa são encarcerados, os esquerdistas passam a organizar o Coletivo. Este organismo passa, então, a coordenar as atividades dos presos políticos de esquerda e a representá-los nas inevitáveis relações com as administrações dos presídios. Mais que isso: o Coletivo organiza aulas e cursos, zela pela disciplina interna, mantém a unidade entre os presos, impedindo que os carcereiros utilizem a força que possuem para mais oprimir os presos se estes se apresentarem desunidos [...]. O Coletivo, entre nós, sempre foi um organismo democrático: os cinco membros de sua diretoria eram mensalmente eleitos. E podemos afirmar: de 1935 a 1945 o único lugar onde havia democracia, no Brasil, e onde se realizavam eleições era nos presídios políticos onde a ditadura confinava os presos políticos da esquerda.<sup>25</sup>

A organização política no cárcere seria destacada em todas as demais memórias de militantes sobre a experiência da prisão política sob o regime de Vargas. Esse parece ter sido inclusive o fator central que levou diversos deles a definitivamente ingressarem no PCB a partir da prisão. Difícil avaliar o quanto isso decorreu da experiência formativa, no sentido em que Apolônio de Carvalho a descreveu no trecho já citado de suas memórias, ou do sentimento de encontrar esperança para a humanidade nos gestos simples de solidariedade nos momentos mais extremos a que a situação da privação de liberdade poderia submeter aqueles homens e mulheres.

Ou ainda do fato de que a prisão poderia ser o momento em que tal solidariedade exigia atitudes extremas de resistência ao sofrimento. Manter-se calado, diante dos torturadores seria o exemplo máximo do padrão de comportamento comunista, adequado ao grau de solidariedade exigido entre militantes (quando o preso recusava-se, mesmo diante dos mais brutais suplícios, a denunciar camaradas). Esse "heroísmo" diante dos carrascos, movido por uma honra comunista, é outro elemento comum nas memórias dos militantes. Gregório Bezerra, talvez a mais notória vítima a sobreviver às barbaridades dos

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 310-311.

torturadores de duas ditaduras, explicita esse padrão de conduta em um trecho de suas memórias, quando retrata os suplícios a que foi submetido algum tempo após sua prisão decorrente da atuação no levante da ANL de 1935:

Mantive-me na mesma; não sabia de nada e não tinha compromissos com ninguém. Eu sabia que eles iam me matar porque estava disposto a não dizer mais nada; além disso, sentia a responsabilidade de membro do partido e, de forma alguma, queria prejudicar aqueles que confiaram em mim. Preferia a morte a me deixar desmoralizar e perder a confiança do partido. Queria viver, mas viver de cabeça erguida, com a dignidade de um militante comunista. E nisso me firmei até o fim.<sup>26</sup>

#### MATRIZES LITERÁRIAS

Até aqui, tratamos de militantes presos nos anos 1930 e 1940, que registraram em livros suas memórias, mas não eram propriamente literatos. Havia, entretanto, antecedentes literários de grande importância para esse tipo de registro. Referimo-nos à publicação de *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, logo após sua morte, em 1953 e à edição de *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, que chega ao público no ano seguinte.

Este não é o espaço para maiores comentários sobre o contraste entre os estilos daquelas duas obras e ficaremos restritos a alguns comentários gerais.<sup>27</sup> Ambos eram convictos militantes do PCB, engajados na militância em diferentes graus, Jorge Amado já tendo inclusive exercido um mandato parlamentar pelo partido e Graciliano envolvido com a direção da Associação Brasileira de Escritores.

<sup>26</sup> BEZERRA, 2011, p. 249.

<sup>27</sup> Comparações que levam em conta esse contraste podem ser encontradas nos capítulos de Marisa Mello e Júlia Monnerat Barbosa, denominados respectivamente: Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista (1945-1953) e Viagens ao mundo socialista. In: Mattos, M. B. (Org.). *Livros vermelhos*. Rio de Janeiro: Bom Texto: FAPERJ, 2010.

Mas, é fato que enquanto Jorge Amado encarnava naquele momento a defesa do cânon estético do realismo socialista, irradiado a partir do debate na URSS (ainda que com temperos e sotaques baianos), Graciliano era um crítico daquela proposta estética. Um diálogo de fins dos anos 1940, recriado por Dênis de Moraes, explicita a posição do autor ante a proposta estética do realismo socialista:

- Nenhum livro do realismo socialista lhe agradou?, perguntou Salles.
- Até o último que li, nenhum. Eu acho aquele negócio de tal ordem ruim que não aceitei ler mais nada.
- Qual é a principal objeção que o senhor faz?
- Esse troço não é literatura [...]
- Não seria possível purificar o estilo do realismo socialista?
- Não tem sentido. A literatura é revolucionária em essência, e não pelo estilo do panfleto.<sup>28</sup>

Insistindo nos contrastes, o livro de Graciliano é uma memória em primeira pessoa, enquanto nos *Subterrâneos* o autor optou por uma trama romaneada, embora a tenha carregado com sua experiência, com a militância e com as prisões do período varguista, apresentando personagens muito evidentemente calcados em pessoas reais.

Vimos o quanto Graciliano estava preocupado em apresentar os personagens reais, recheados de sua humanidade contraditória, com os quais conviveu naquelas prisões. Já Jorge Amado constrói personagens muito menos complexos. Nos *Subterrâneos* há heróis, como o pai de Mariana, um comunista de primeira geração, vindo do meio operário, que nas palavras de um outro militante proferidas em seu enterro: “É um herói anônimo da classe operária que enterramos hoje, mas a bandeira que ele conduziu com tanta valentia se levantará cada vez mais alto

---

<sup>28</sup> Diálogo entre Graciliano Ramos e Heráclito Salles, apud MORAES, D. de *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*: Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994. p. 208.

nas mãos do proletariado até o dia da vitória; é a invencível bandeira de Marx, de Engels. De Lenin e de Stalin.”<sup>29</sup>

Ou vilões, como o torturador Barros, que era assistido pelo médico cocainômano Dr. Pontes, nas mais bárbaras sessões de tortura, sempre sob as ordens do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que prometera não deixar “um só comunista em liberdade. O Estado Novo limpará o Brasil para sempre da peste vermelha”.<sup>30</sup>

E traidores, como Saquila (referência direta a Hermínio Sachetta, conforme a crítica dura que Gorender fez a Jorge nos lembra), o dissidente comunista que adere ao trotskismo e é completamente desqualificado nas páginas do romance.<sup>31</sup> Saquila, caracterizado como um pequeno burguês que desprezava os operários e que aderira ao partido após desiludir-se com a política dos partidos burgueses quando perdeu seu espaço político e profissional após a Revolução de 1930, é retratado como um oportunista, que trai a classe trabalhadora ao aliar-se às escondidas com os apoiadores da candidatura de Armando de Oliveira Sales após 1935 e trabalhar com eles para desmontar greves e rachar as bases do PCB. Numa passagem, Amado assim situa os sentimentos do personagem em relação à repressão a uma greve dirigida pelo PCB:

Saquila teve um meio sorriso de desprezo: ‘Estão se afundando cada vez mais’. O movimento grevista não ia poder se aguentar, não havia jeito. Seu golpe seria dado no momento mais indicado: os materiais tirados na nova oficina iriam criar a confusão entre a massa, e uma grande parte, cansada sem dúvida da reação e da luta dos últimos meses, ficaria com ele e com seu grupo. Enterraria aquela direção do Partido com seus pruridos operários, incapazes de compreender a importância de um homem como Saquila. Ele lhes mostraria.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> AMADO, J. *Os subterrâneos da liberdade*. São Paulo: Martins, 1954. v. 1, p. 44.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p.138.

<sup>31</sup> JACOB, G. *Combate nas trevas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 164.

<sup>32</sup> AMADO, 1954, v. 2, p. 121.

Em Graciliano, todavia, seu esforço para buscar a humanidade nos momentos de força e fraqueza vividos no cárcere o leva a traçar alguns retratos mais lisonjeiros de alguns prisioneiros comuns, com os quais conviveu por algum tempo na Ilha Grande, do que de certos dirigentes políticos encarcerados com ele. Os indivíduos lançados arbitrariamente em uma situação de provação e tolhimento que Graciliano apresenta de forma mais impressionante não são os grandes líderes intocáveis e distantes. Rodolfo Ghioldi discursa de cuecas. Agildo Barata é baixinho e fleumático. Os militares envolvidos no levante constituem um grupo fechado que procura reproduzir no cárcere os hábitos da caserna. Os estrangeiros encontram dificuldades para compreender aspectos da realidade brasileira. Mas, usando o exemplo de Antônio Maciel Bonfim (Miranda), Graciliano nos lembra que o fato de terem pseudônimos, terem sido perseguidos, presos e torturados os envolvia em “matéria suficiente para esboço de herói”.<sup>33</sup>

A sua opinião sobre o Levante de 1935, responsável pela abrangente perseguição que havia chegado mesmo até ele, que se considerava um “revolucionário chinfrin”, era de que aquilo havia sido um equívoco. Em porão de navio, no qual foi transferido de Recife para o Rio de Janeiro, conheceu os revolucionários de Natal, aí incluídos os que ocuparam os postos de Secretário da Fazenda e Secretário do Interior do governo provisório de Natal, respectivamente, que relataram diversos episódios sobre o curto período em que estiveram no poder. “De fato nem se haviam empossado — e os cargos decorativos apenas lhe serviram para agravar as torturas na cadeia. Estive a ouvi-los meia hora. Tinham-se aguentado 48 horas, esperando em vão que o resto do país se revoltasse. Depois viera o pânico.”<sup>34</sup> Na visão de Graciliano, todos achavam aquilo um embrulho, uma “doidice”, mas eram orgulhosos de terem sobrevivido à tortura e de servirem de exemplo.<sup>35</sup>

Enquanto isso, nas páginas de suas memórias, presos comuns, ladrões, colaboradores de agentes penitenciários e

---

<sup>33</sup> RAMOS, s.d., p. 226.

<sup>34</sup> Ibid., p. 103.

<sup>35</sup> Ibid., p. 107.

mesmo alguns carcereiros, são capazes de rasgos de generosidade que os aproximam mais de Graciliano do que aqueles nomes ilustres do partido comunista. A rudeza da experiência prisional o leva a avaliar mais generosamente os pequenos gestos de solidariedade e misericórdia dos homens comuns que os discursos grandiloquentes das lideranças políticas. Afinal, "precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima."<sup>36</sup>

Não à toa, os registros da família de Graciliano dão conta de que o PCB tentou estabelecer algum controle sobre o conteúdo das *Memórias do Cárcere*, enquanto os *Subterrâneos* de Jorge Amado foram apresentados quase que como versão oficial daquela experiência, pelo mesmo partido com o qual este autor romperia definitivamente poucos anos depois.

A reação da direção partidária aos primeiros esboços das *Memórias do Cárcere*, e o contraste entre as opções estéticas de Graciliano e Jorge aparecem combinados no relato de uma reunião na casa do primeiro, restabelecido por seu biógrafo, Dênis de Moraes:

Terceiro *round*. [Diógenes] Arruda telefonaria para Graciliano informando que iria a sua casa para a reunião. No fim da manhã de 18 de março de 1951, ao abrir a porta, o velho Graça daria de cara não só com Arruda como também com Astrojildo Pereira e Floriano Gonçalves. Os quatro se fechariam num dos quartos por várias horas. [...] Graciliano, arrasado, confidenciaria o teor da conversa. Arruda pediria para folhear os originais de *Memórias do cárcere*, aborrecendo-se logo na primeira lauda, com a afirmação de que, no Estado Novo, 'nunca tivemos censura prévia em obra de arte'. [...] No decorrer da reunião, cobrariam novamente de Graciliano o seu distanciamento do realismo socialista e a falta de vigor revolucionário de seus livros. Um dos presentes, em tom inflamado, diria eu ele persistia num realismo crítico ultrapassado e citaria Jorge Amado como escritor empenhado em dar conteúdo participante às suas obras. Ao ouvir o nome de Jorge, Graciliano rompia o silêncio:

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 118.

— Admiro Jorge Amado, nada tenho contra ele, mas o que sei fazer é o que está nos meus livros [...]. Arruda apelaria para que alterasse determinadas passagens de *Memórias do cárcere*. Graciliano não responderia nem que sim nem que não.<sup>37</sup>

Voltando então a Jorge Amado e a suas obras ficcionais, podemos perceber que sua produção já refletia, desde os anos 1940, aquela imagem dos anos de cadeia como momento fundamental na experiência militante dos comunistas brasileiros da geração que lutou contra a ditadura varguista. Refletia, ao mesmo tempo que refratava e em alguma medida construía parâmetros de divulgação. Os personagens de seus livros e suas tramas construía uma imagem ideal positiva da figura do militante comunista, como exemplo de conduta, firmeza inabalável e consciência política, capaz de conduzir como vanguarda heroica as lutas da classe trabalhadora.

Tal caracterização passava pelo comportamento nas prisões: diante da violência dos alagozes, sempre prevalecia a firmeza de convicção dos comunistas, comprometidos com a causa e com os camaradas de jornada. Como no caso do personagem já citado, pai de Mariana e “herói anônimo” da trama dos *Subterrâneos*, que prestes a morrer delira e repete as palavras que dissera sob tortura para seus alagozes: “De mim não arrancam nada”.<sup>38</sup>

Um comportamento que poderia ser tomado como padrão de conduta pelos “verdadeiros” comunistas. Como o reconhecia o personagem do torturador Barros, quando pressionado pelo Chefe de Polícia a arrancar confissões de um grupo de comunistas presos. Nos pensamentos de Barros, tal como desenhados por Jorge Amado, a fúria que o levava a torturar barbaramente os comunistas se misturava a uma incompreensão quase carregada de admiração pela resistência absurda daqueles homens:

Por que não falavam? Não falavam porque eram uns miseráveis, pareciam insensíveis. Insensíveis a toda a dor, à dor física e à dor moral, pareciam feitos não de carne e

<sup>37</sup> MORAES, D. de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1992. p. 275-276.

<sup>38</sup> AMADO, 1954, v. 1, p. 42.

ossos como todo mundo, mas de aço. 'É o exemplo de Stalin...', explicara-lhe um deles certa vez, há anos passados. Fora assim que Barros aprendera a significação daquele nome. Dera uns trancos naquele comunista insolente, mas todas as vezes em que se encontrava às voltas com um deles, tratando de arrancar-lhe confissões, recordava aquelas palavras. Como se fossem de aço, insensíveis a toda dor.<sup>39</sup>

No complemento do raciocínio de Barros, a descrição da crueldade das torturas e da resistência heroica dos militantes é complementada por aquela sensação complexa de ódio e admiração:

Zé Pedro assistira, amarrado, à própria mulher ser possuída pelos investigadores. Barros vira as lágrimas molhando seus olhos mas eram certamente lágrimas de ódio, pois a sua boca só se abria para insultá-los. Vira-a depois ser maltratada, receber bofetadas e pontapés no ventre. E não falava. Ele e Carlos haviam passado todo um dia e uma noite com o sexo amarrado, estavam quebrados de pancada, inchados e violáceos. No entanto não falavam. Uns monstros, uns bandidos, pelo seu gosto ele os mataria a todos, para que aprendessem a não ser assim tão... tão corajosos...<sup>40</sup>

Os *Subterrâneos da Liberdade*, entretanto, não foi o primeiro romance de Jorge Amado em que a experiência dos comunistas com as prisões foi retratada. Em *São Jorge dos Ilhéus*, de 1944, assim como em *Seara Vermelha*, de 1946, o tema aparece. É possível perceber como, em ambos, a prisão é apresentada de forma muito similar ao que observamos nas memórias dos militantes publicadas décadas depois, cumprindo o papel de momento de formação política e fortalecimento das convicções comunistas. Neste último, por exemplo, aparece o personagem Juvêncio, ou Nenén, um camponês filho de família pobre nordestina, que fugiu de casa para se alistar no exército, e depois entrou para o Partido. O personagem, que participou do Levante de 1935, onde teria

---

<sup>39</sup> AMADO, 1954, v. 3, p. 29.

<sup>40</sup> Ibid., p. 29.

desempenhado papel de destaque, é apresentado pelo autor como uma figura admirável, prene de integridade, coragem e solidariedade. O cabo Juvêncio, pela fidelidade ao partido, sacrifica sua vida pessoal. É preso, circula pelos presídios por onde passaram realmente milhares de militantes comunistas, e na cadeia tem a oportunidade de realizar uma formação teórica e política mais sólida:

Juvêncio viera com os condenados políticos de Fernando de Noronha. Na Ilha Grande estudava. Para ele a prisão foi a universidade. Os nove anos que levou de cadeia em cadeia, em Natal, no Recife, na Correção e na Detenção no Rio de Janeiro, em Fernando de Noronha e por fim na Ilha Grande, foram de aprendizado. Os companheiros mais esclarecidos ajudavam-no. Leu, finalmente, aqueles livros que cobiçava nos dias anteriores à revolução de 35. Em Engels aprendeu que a 'liberdade é o conhecimento da necessidade' e pensou que o sertão estava aprendendo com sangue e dor. Tanto falava no sertão, nos camponeses explorados, que até faziam pilhérias com ele. Mas tanto eles como os de fora, os que lutavam na ilegalidade, sabiam que deviam cultivar no moço sertanejo o interesse pelo problema do campo. E lhe enviavam todos os materiais que tratavam da questão camponesa. Ele os devorava nos dias longos da prisão.<sup>41</sup>

Tratando da relação entre caracterizações literárias ficcionais e memorialísticas sobre a experiência dos militantes submetidos à violência do regime varguista, vale fazer um registro de como a experiência da prisão aparece mais tarde nas memórias do próprio Jorge Amado. Não são muitas as referências à prisão feitas em suas "quase memórias", no livro *Navegação de Cabotagem*, de 1992. Elas se apresentam em alguns momentos, de forma muito bem humorada, associadas às características do escritor como um "bom preso" e aos seus recordes pessoais. Numa passagem, associa o relato de seu retorno ao país, em 1942, com tarefas do partido e a certeza da prisão, a uma aventura amorosa de véspera. Noutra, se define: "Sou bom de cadeia, tirei de letra as minhas prisões, nem depressivo nem

---

<sup>41</sup> AMADO, J. *Seara vermelha*. 27 ed. São Paulo: Martins, 1972. p. 333-335.

ruidoso".<sup>42</sup> Em um último trecho reclama o reconhecimento de que fora detentor de uma marca difícil de ser batida de peregrinações pelo território nacional em poder do aparato repressivo:

Percorri o Brasil, de ponta a ponta, em estado de prisioneiro político, talvez não seja o único a tê-lo feito, mas estou nesse campeonato. Nos primeiros dias de 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo, fui preso em Manaus, acusado de ali ter ido para preparar, em conluio com o folclorista Nunes Pereira, uma insurreição de índios da Amazônia, nada mais, nada menos. Depois de dois meses de cadeia, um tanto quanto pândego, embarcaram-me no navio Pedro I, sob a vigilância de tira federal em visita à família amazonense nas festas de fim de ano. Durante cerca de vinte dias, de porto a porto, desci a costa brasileira, de Manaus ao Rio de Janeiro [...]. Tendo regressado do Uruguai e da Argentina, encontrava-me em Porto Alegre, em agosto de 1942, ia todas as noites à redação do *Correio do Povo* para saber dos últimos telegramas da guerra e bater papo com Raul Riff. Tomávamos média com pão e manteiga num botequim em frente, onde a polícia, numa meia-noite, me tomou preso, na manhã seguinte meteu-me no trem em companhia de um delegado. A viagem de Porto Alegre ao Rio durou uns quatro dias, em São Paulo mudamos de trem, fiquei no xilindró uns meses [...].<sup>43</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir através do resgate de um caminho de pesquisa. Quando da primeira entrada no objeto deste artigo, através das memórias sobre a repressão política no regime Vargas registradas nos livros dos militantes, escritos décadas depois, percebemos elementos — a vida prisional como um momento de formação política e aprofundamento das convicções

---

<sup>42</sup> AMADO, J. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que nunca escreverei. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 121.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 94.

políticas, combinada à força da moral comunista, expressa, por exemplo, no heroísmo do sofrimento das torturas sem ceder aos torturadores — que parecem expressar parte de uma experiência comum. No entanto, lendo as obras literárias escritas bem antes, pode-se aventar a hipótese de que tal experiência foi inicialmente registrada (e de certa forma modelarmente retratada) por um conjunto de obras literárias, especialmente as de Jorge Amado, que moldaram toda uma mitologia do padrão comunista de comportamento ante a prisão política.

Não se quer dizer com isso que as obras de Jorge Amado inventaram a experiência. Pelo contrário, a experiência foi por ele reproduzida e recriada literariamente a partir da vida de muitos homens e mulheres de carne e osso. Mas, mesmo sendo difícil avaliar o quanto, é inegável que toda uma geração, aí incluídos militantes que como ele passaram pelos cárceres de Vargas, foi influenciada por suas obras, e por certo as tinham em mente quando redigiram suas memórias.<sup>44</sup>

As experiências com a repressão política e, particularmente, o encarceramento, durante o primeiro governo Vargas, foram elementos fundamentais na formação de toda uma geração de militantes que se aproximou do comunismo através da Aliança Nacional Libertadora e ingressou efetivamente no PCB durante ou após a experiência prisional.

A publicação das memórias desses militantes, retratando em alguma medida aquele período, respondeu a uma série de impulsos, como: o de valorização do caráter “heroico” daquela geração militante; o de denúncia da base ditatorial a partir da qual se construiu a força política do trabalhismo e do Varguismo; o de ressaltar a solidariedade e a humanidade como valores que podem emergir em situações extremas como a da violenta privação da liberdade; e, mais especialmente, o de resgate da memória da experiência ditatorial de forma a evitar sua repetição.

---

<sup>44</sup> Interessante notar que o Auto de Exibição e Apreensão do material em poder de Pagu (mais tarde uma crítica severa do realismo socialista), quando de sua prisão em janeiro de 1936, listam-se, entre algumas dezenas de livros, *Cacau e jubiabá* de Jorge Amado. Cf. Fundo Pagu, Documentos do Processo 615 do Tribunal de Segurança Nacional, pasta 3, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP).

Mas, como não se evitou o retorno à ditadura, no pós-1964, particularmente no período da chamada “transição política”, quando foram publicadas muitas daquelas memórias, as sequências de encarceramentos e a longa quebra da institucionalidade democrático-representativa, geraram também, entre os autores de tais memórias, um objetivo de (re)credenciá-los, e a suas organizações, como legítimos representantes da classe trabalhadora e das lutas populares no Brasil.

Não se pode menosprezar o fato de que a prisão por motivos políticos está longe de haver sido completamente superada no Brasil. Ela sobrevive, ainda que em dimensões bem menores, neste período de democracia representativa, como o demonstra o fato de existirem diversos militantes hoje encarcerados, não propriamente por sua participação em ações específicas, mas principalmente pelo estigma associado à militância social em movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Por outro lado, a violência ilegal e imoral da tortura sistemática, se não foi inventada pela ditadura varguista, por certo foi aperfeiçoada como instrumento de Estado naqueles anos. Hoje, porém, ela continua sendo empregada em milhares de delegacias e prisões brasileiras, como método de “investigação” e, principalmente, como instrumento de desumanização daqueles que são encarcerados neste país.

Quaisquer que fossem, portanto, os objetivos ou as influências literárias dos militantes comunistas que passaram pelos cárceres varguistas, seus livros de memórias nos trazem à lembrança valores fundamentais aos dias de hoje, como a repulsa ao autoritarismo das ditaduras, a condenação à tortura e a esperança na capacidade transformadora dos homens e mulheres comuns.



## MEMORIES OF POLITICAL PRISON UNDER THE VARGAS REGIME

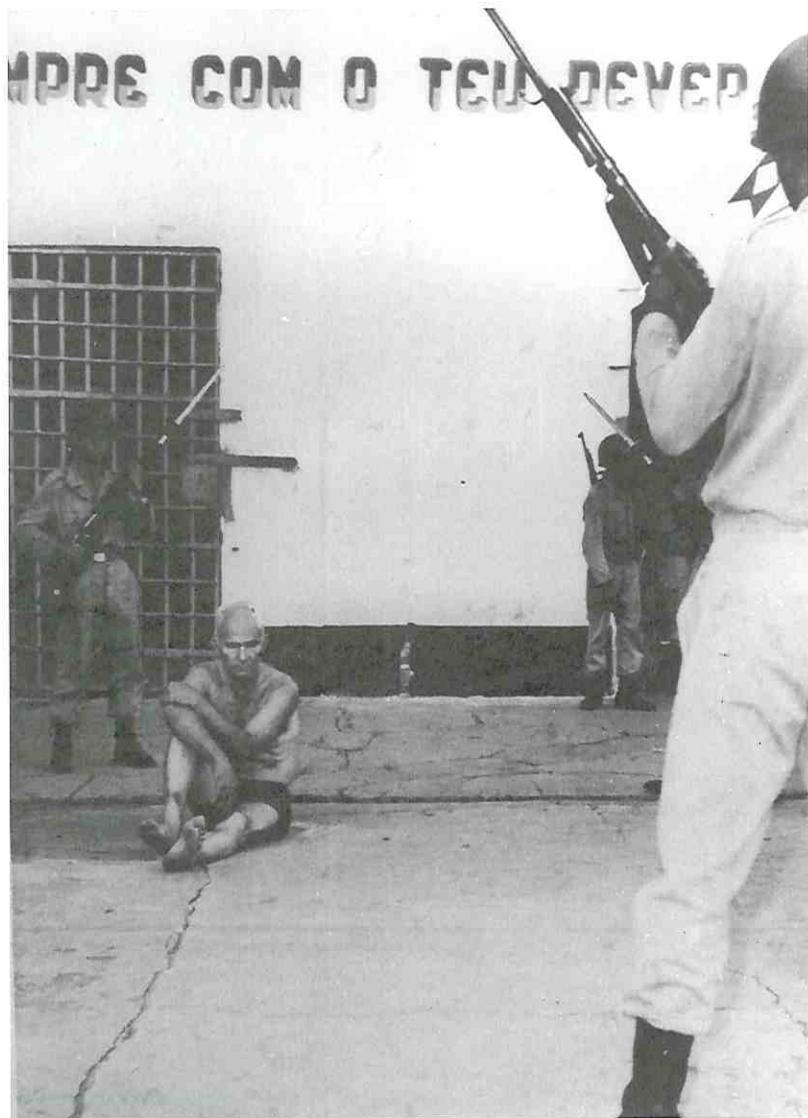
### ABSTRACT

This article is about the records of the prison experience during the first Vargas' government, published in memories of communist militants. Noting the diversity of this memorialistic literature, the article invests in the analysis of the common aspects of the narratives of activists who were not exactly professional writers, comparing them with the literature on the same topic produced by Graciliano Ramos and Jorge Amado.

### KEYWORDS

Communist Party. Political imprisonment. Vargas Age. Memories.





Gregório Bezerra, em presídio do Exército Brasileiro, Recife, 1964.  
(Fundo Voz da Unidade/PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP,  
Campinas, SP, foto n. 00997, p. 32).